

TeSP - Segurança e Proteção Civil

Técnico Superior Profissional

Plano: Aviso nº 13406/2016 - 31/10/2016

Ficha da Unidade Curricular: Direito da Proteção Civil

ECTS: 3; Horas - Totais: 81.0, Contacto e Tipologia, T:15.0; TP:30.0;

Ano|Semestre: 1|S1; Ramo: Tronco comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 62234

Área de educação e formação: Direito

Docente Responsável

Docente e horas de contacto

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida

Professor Adjunto, T: 15; TP: 30;

Objetivos de Aprendizagem

Os objectivos desta unidade curricular são a aquisição e consolidação de alguns conhecimentos fundamentais sobre:

- O contexto da protecção civil;
- Organização política do Estado;
- Relação do Estado com o cidadão;
- As fontes de Direito nacionais e europeias;
- Responsabilidade civil extracon

Objetivos de Aprendizagem (detalhado)

Os objectivos desta unidade curricular são a aquisição e consolidação de alguns conhecimentos fundamentais sobre:

- O contexto da protecção civil;
- Organização política do Estado;
- Relação do Estado com o cidadão;
- As fontes de Direito nacionais e europeias;
- Responsabilidade civil extracon

Conteúdos Programáticos

1. A protecção civil como direito dos cidadãos;
2. A Constituição como lei fundamental.
3. A Administração Pública.
4. As fontes normativas do direito de protecção civil;
5. Os princípios fundamentais da protecção civil, à luz da Constituição e da responsabilidade do Estado;
6. O regime jurídico da responsabilidade extracontratual do Estado.
7. O Direito da protecção civil na União Europeia.

Conteúdos Programáticos (detalhado)

1. A protecção civil como direito dos cidadãos
 - 1.1. Noções gerais.
 - 1.2. Estudo da sua evolução.
 - 1.3. A influência da jurisprudência no reconhecimento das responsabilidades do Estado para com o cidadão.

2. A Constituição como lei fundamental
 - 2.1. A organização política do Estado
 - 2.2. As tarefas fundamentais do Estado.
 - 2.3. A Assembleia da República e o Governo e respectivas responsabilidades na política de protecção civil.
3. A Administração Pública
 - 3.1. O princípio da precedência da lei.
 - 3.2. A Desconcentração e Descentralização e seu reflexo na organização da protecção civil.
4. As fontes normativas do direito de protecção civil.
 - 4.1. O processo legislativo.
 - 4.2. A hierarquia das normas.
 - 4.3. Inconstitucionalidade por acção e por omissão.
5. Os princípios fundamentais da protecção civil, à luz da Constituição e da responsabilidade do Estado

Metodologias de avaliação

Realização de fichas de trabalho e uma frequência de avaliação, a que os alunos terão que tirar classificação mínima de 10 valores, para dispensar de exame.

Exame final.

Software utilizado em aula

Estágio

Bibliografia recomendada

- Amaral, D. e Horngren, C. e Datar, S. e Rajan, M. (1998). *O Estado de necessidade e a urgência em Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina
- Aragão, A. e Anthony, R. e Govindarajan, V. (2010). *Dimensões europeias do princípio da precaução*. Coimbra: Coimbra Editora

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

A abordagem e aprendizagem dos conteúdos programáticos referidos são o meio adequado a habilitar os discentes a cumprir os objectivos que nos propomos.

Metodologias de ensino

Aulas de carácter expositivo, com análise da legislação.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

Só através da leitura e aprendizagem das técnicas de interpretação, os discentes poderão, no futuro, ser capazes de analisar a legislação, interpretá-la e aplicá-la.

Língua de ensino

Português

Pré requisitos

Programas Opcionais recomendados

Observações

Docente Responsável

Diretor de Curso, Comissão de Curso

Conselho Técnico-Científico